

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DO PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM (PARNA DO JAMANXIM) 19/10/2022**

3 Às nove horas e quinze minutos da manhã do dia dezenove de outubro de 2022, no  
4 escritório da Federação das Cooperativas de Garimpeiros do Pará - FECOGAP,  
5 localizado na Avenida das Esmeraldas, S/N, Centro, Moraes Almeida - Itaituba - PA,  
6 CEP 68189-000, Lívia Haubert Ferreira Coelho, Coordenadora substituta da Unidade  
7 Especial Avançada – Itaituba (UNA – Itaituba), planejou iniciar a reunião do conselho  
8 consultivo do Parque Nacional do Jamanxim (PNJ). Como haviam oito entidades,  
9 decidiu-se aguardar até às nove horas e trinta minutos para iniciar a reunião. Assim  
10 sucedeu-se, Lívia se apresentou, deu as boas-vindas aos participantes e direcionou a  
11 apresentação aos demais. Ela apresentou as pautas da reunião: renovação do conselho do  
12 PNJ, atualização do cronograma de elaboração do Termo de Compromisso (TC),  
13 informes e o cronograma da presente reunião. Em seguida, a servidora Lívia fez um  
14 resgate dos objetivos da última reunião que aconteceu em 23.10.2019, o histórico das  
15 reuniões que já aconteceram no âmbito do conselho consultivo, bem como a oficina sobre  
16 o Termo de Compromisso e regularização fundiária do PNJ que aconteceu entre 13 e 14  
17 de fevereiro de 2020, às vésperas da pandemia da COVID-19. A apresentação foi  
18 continuada pela Agente Temporária Ambiental (ATA) Rainara, que discorreu sobre o  
19 Programa Monitora, suas características e objetivos. Ela fez a diferenciação dos  
20 programas de monitoramento terrestre, aquático continental e marinho e costeiro. Além  
21 disso, Rainara apresentou o monitoramento aquático continental realizado entre os dias  
22 18.07.2022 - 08.08.2022 no PNJ. Logo após, foi aberto espaço para dúvidas e  
23 contribuições dos participantes da reunião. Carolina Fidellis, servidora, tomou a palavra  
24 e deu a devida importância ao Programa Monitora. Foi questionado se haviam voluntários  
25 das comunidades para fazer o treinamento a fim de contribuir com o monitoramento da  
26 biodiversidade. Foi decidido que o ICMBio deve avisar com antecedência o período da  
27 próxima coleta para que as comunidades Aruri, 3 Boeiras e São Francisco possam indicar  
28 os voluntários. Da mesma forma, Rainara também expôs o projeto de integrar as escolas  
29 no programa de monitoramento. Relacionado ao plano de ação do conselho, os  
30 participantes solicitaram o agendamento de uma reunião com o Ministério Público  
31 Federal para definir como ficará a situação dos produtores de gado que estão no interior  
32 do PNJ. Às dez horas e vinte minutos foi dado intervalo. Na retomada, às dez horas e  
33 trinta e nove minutos, Lívia apresentou os setores que envolvem a gestão do PNJ e as  
34 suas frequências nas reuniões: Madeireiro, Produção Rural, Gestão Territorial,  
35 Regularização de Terras, Órgãos do Poder Público de Áreas Afins, Órgãos Públicos  
36 Ambientais, Mineração, Pesca, Turismo, Indústria e Comércio, Agricultura Familiar e  
37 Extrativismo, e por último Ensino e Pesquisa. Lívia pergunta: “precisamos alterar a  
38 composição do conselho?” e “faltou algum setor de usuários do PNJ?”. Nesse momento,  
39 as tarjetas com os setores foram dispostas no mural para construir a composição das  
40 cadeiras. Órgãos do Poder Público de Áreas Afins: INCRA, ANM, EMATER - Itaituba,  
41 SEMAGRA - Trairão, SEMAGRA - Itaituba, DITUR - Itaituba; SEDAP, SETUR - PA,  
42 SFB; Órgãos Públicos Ambientais: ICMBio, SEMAMT - Trairão, SEMMAM - Itaituba,  
43 IBAMA; Ensino e Pesquisa: IFPA - Itaituba, EETEPa - Itaituba; UFOPA; Madeireiro:  
44 AIMMA; Produção Rural: APRUJAM, SIPRUNP; Gestão Territorial: Comunidade  
45 Mamoal CGPEMA, Empresa Via Brasil, Comunidade 3 Boeiras, Associação  
46 Comunidade São Francisco de Assis; Regularização de Terras: CPT; Mineração:  
47 FECOGAP, Cooperativa Garimpo Legal (CGL); Pesca: Z-74, Comunidade Aruri;  
48 Turismo, Indústria e Comércio: ADTUR; ACISMA, Cooperativa Buburé; Agricultura  
49 Familiar e Extrativismo: STTR - Trairão, COOPAMCOL. Fica registrado a demanda à

50 Secretaria de Meio Ambiente municipal dos participantes sobre orientações técnicas do  
 51 que é permitido fazer no interior e entorno do PNJ. Logo após, Livia apresentou o mapa  
 52 de zoneamento do PNJ e lembrou a consulta jurídica que foi feita à procuradoria do  
 53 ICMBio que diz respeito à permissão de moradores e atividades de mineração até a data  
 54 de 2006, quando o PNJ foi criado. O debate teve prosseguimento, e como conclusão ficou  
 55 a insatisfação dos participantes com a criação do PNJ, a falta de consulta do Estado para  
 56 com eles, bem como a impossibilidade de explorar a Reserva Garimpeira do Tapajós que  
 57 a União criou. Porém, diante disso, a Livia ressaltou que é possível explorar a Reserva,  
 58 mas no lugar que é permitido, neste caso, em uma unidade de uso sustentável, como a  
 59 Área de Proteção Ambiental do Tapajós (APA do Tapajós). Em seguida, Livia deu início  
 60 a apresentação sobre o Termo de Compromisso, que está regulado na Instrução Normativa  
 61 26/2012 do ICMBio. Ainda na apresentação, ela discorreu sobre as diversas etapas que  
 62 ainda precisam ser concluídas, como o diagnóstico com a comunidade de pescadores, a  
 63 aproximação aos moradores para facilitar a compreensão das atividades que lá eles  
 64 executam. Foi questionado também: “qual o novo calendário para cumprimento das  
 65 etapas de elaboração do Termo de Compromisso com pescadores do PNJ?” Contudo, esta  
 66 questão ficou sem resposta, porque os beneficiários do termo não estavam presentes. Os  
 67 participantes também sugeriram para a construção do Termo de Compromisso, que  
 68 fossem feitas reuniões nas comunidades dos pescadores, e não na cidade, como esta foi  
 69 realizada. Após isso, Livia continuou com uma apresentação do Protocolo de  
 70 Automonitoramento da Pesca, que também diz respeito aos pescadores. Fica registrado  
 71 também, a demanda dos conselheiros terem um canal mais específico de comunicação  
 72 com o órgão, neste caso, eles solicitam que os servidores tenham celulares institucionais  
 73 para facilitar a comunicação em locais onde não existem telefonia. Nos informes, Livia  
 74 manifestou que existem processos em instrução para regularização fundiária e que cada  
 75 um está em uma etapa diferente, “alguns inclusive já estão em Brasília” disse Livia.  
 76 Também ressaltou as etapas que regem o processo de regularização fundiária no ICMBio.  
 77 Além disso, fica agendado a reunião de conselho do PNJ para a data 29.03.2023 em  
 78 Itaituba. Da mesma forma, no dia 21 de outubro de 2022 será realizada a visita na  
 79 comunidade Aruri e 3 Boeiras. Por fim, a ata foi lida e aprovada pelos presentes às treze  
 80 horas e oito minutos. Por ser verdade, eu, Mário Morais Oliveira Neto, secretário ad hoc,  
 81 lavrei a presente ata. Certifico e dou fé.

- 82 Thalita Sparthol
- 83 Ju
- 84 Andriane Sguabina
- 85 Maria Reis Pin
- 86 Luiz
- 87 Luiz
- 88 Luiz
- 89 Roberto Antonio de Silva
- 90 Jalisco José Magalhães
- 91 Silvia Regina Jozza Pin
- 92 Leandro Roberto S. Coelho
- 93 Roberto S. S. Souza
- 94 Jordilson Alves Lima
- 95 Thayn Maia de Queiroz Sousa
- 96 Joaquim Fiala
- 97 Simone Pereira das Santos
- 98 Juciana Souza Dimonames da Costa

*[Handwritten signature]*

Anylé Moyos Sibp-Jerens  
Háno Haraa Akrevo reto

- 99
- 100
- 101
- 102
- 103
- 104
- 105
- 106
- 107
- 108
- 109
- 110
- 111
- 112
- 113
- 114
- 115
- 116
- 117
- 118
- 119
- 120
- 121
- 122
- 123
- 124
- 125
- 126
- 127
- 128
- 129
- 130
- 131
- 132
- 133
- 134
- 135
- 136
- 137
- 138
- 139
- 140
- 141
- 142
- 143
- 144
- 145
- 146
- 147
- 148